



A Vereadora Amanda Nassar, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município de Araucária/PR e o Regimento Interno desta Casa de Leis, art. 67, propõe:

PROJETO DE LEI Nº 127/2018

SÚMULA: *Autoriza a ocupação de espaços públicos e privados para o desenvolvimento de atividades de agricultura urbana.*

Art. 1º Fica autorizado o direito à utilização de espaços públicos e privados, por pessoas físicas e jurídicas, para o desenvolvimento de atividades de agricultura urbana como práticas relacionadas aos processos de segurança e soberania alimentar, à manutenção e incremento da qualidade de vida, bem como à democratização de práticas e espaços, servindo tanto para o abastecimento do Município quanto à educação da população.

Art. 2º Para os efeitos desta lei, fazem parte do ecossistema da agricultura urbana as seguintes práticas:

I – Hortas Urbanas: É o cultivo de plantas comestíveis sem o uso de agrotóxicos;

II – Jardinagem Urbana: é o cultivo ornamental de plantas, folhagens, flores, frutos e ervas que não sejam tóxicas;

III – Silvicultura Urbana: são os métodos naturais que permitem regenerar e melhorar os povoamentos florestais urbanos;

Art. 3º Todas as atividades de que trata esta Lei, serão regulamentadas pelo Poder Público Municipal.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

ESTADO DO PARANÁ

Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzato

Art. 4º Todas as atividades de que trata esta Lei devem manter o compromisso de promover a biodiversidade, cuidar da manutenção, organização e higiene do espaço utilizado e cumprir com as políticas de ocupação de espaços estabelecidas pelo município.

Art. 5º Fica autorizada a utilização de remanescente de recuo e canteiros das calçadas somente para prática de hortas e jardinagem urbana, sem prejuízo à acessibilidade e mobilidade dos pedestres.

Art. 6º Todos os resíduos orgânicos gerados nas atividades previstas no artigo 2º desta lei deverão ser tratados no mesmo local, atendendo às normas técnicas previstas para essas práticas.

Parágrafo único – Os demais resíduos de natureza não orgânica produzidos pelas atividades deverão ser geridos conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010).

Art. 7º Nas margens de rios poderão ser desenvolvidas atividades de hortas e jardinagem, desde que associadas à silvicultura.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor 30 (trinta) dias após a data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Torna-se cada vez mais necessário que políticas públicas sustentáveis sejam discutidas para tentar minimizar os problemas relacionados com o aumento da população e da industrialização. Uma alternativa a esses problemas é a agricultura urbana, que permite que as famílias produzam alimentos saudáveis, em seu próprio terreno, para sua própria subsistência ou para fins comerciais.



O incentivo de sistemas produtivos urbanos em concordância com o meio ambiente torna-se, cada vez mais, uma alternativa atrativa e viável na busca da sustentabilidade nos meios urbanos. Além disso, o objetivo do projeto também é fazer com que essas atividades gerem renda e mão de obra, ajudando assim, famílias que encontram-se em dificuldades financeiras devido o desemprego.

Além dessas questões socioeconômicas e de preservação ambiental, a importância de apoiar e incentivar os sistemas de produção sustentáveis nas localidades urbanas também ocorre a fim de proporcionar à população o direito à alimentação saudável e barata.

Assim sendo, o presente projeto incentivará a preservação do meio ambiente e da biodiversidade, promoverá a sustentabilidade econômica e socioambiental e promoverá formas de produção urbanas sustentáveis, com o objetivo de diminuir desigualdades, gerar empregos e desenvolver a alimentação saudável, em concordância com o meio ambiente.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres Vereadores para a aprovação deste Projeto de Lei.

Gabinete da Vereadora, 06 de setembro de 2018


Amanda Nassar
Vereadora
(PMN)

PROTOCOLO Nº 5255/2018
EM: 11 / 09 / 2018
FUNCIONÁRIO: A

RECEBIDO EM PLENÁRIO
Em: 11 / 09 / 2018
Despacho: Diretoria Jurídica

Ben Hur Custódio de Oliveira
Presidente